

## APONTAMENTOS SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DIDÁTICA DO CONCEITO TERRITÓRIO NA GEOGRAFIA ESCOLAR

**Adriano Rodrigues De La Fuente**

Mestre em Geografia  
Universidade Federal de Uberlândia  
[adrianoufu@hotmail.com](mailto:adrianoufu@hotmail.com)

**Adriany de Ávila Melo Sampaio**

Dra. Instituto de Geografia IG/UFU  
Universidade Federal de Uberlândia  
[adrianyavila@gmail.com](mailto:adrianyavila@gmail.com)

### RESUMO

A pós-modernidade tem nos conduzido a diversas transformações em todas as esferas da sociedade. Por isso, novas necessidades de (re)leituras do espaço geográfico se fazem presentes, bem como a inovação nos instrumentos que potencializam interpretações das transformações socioespaciais. Nesse aspecto, espera-se que alguns conceitos científicos sejam mais (re)discutidos que outros, com destaque para o conceito Território, o qual assume importante papel no processo de globalização. Considerando que refletir sobre o Território representa a oportunidade de pensar o contexto social, político e econômico atual, busca o presente texto discutir o assunto utilizando diferentes linhas teóricas. Pretende-se, também, apresentar a importância da transposição didática dos saberes geográficos para o ensino e a aprendizagem que visem à construção da cidadania.

**Palavras-chave:** Território. Transposição Didática. Geografia Escolar. Cidadania.

### INDICATIONS ABOUT THE DIDACTICS TRANSPOSITION OF THE CONCEPT OF TERRITORY IN SCHOOL GEOGRAPHY

### ABSTRACT

Post-modernity has led us to several transformations in all spheres of society. Therefore, new needs (re) readings of the geographic space become present, as well as innovation in the instruments that enhance interpretations from the socio-spatial transformations. In this aspect it is expected that some scientific concepts be more (re) discussed than others, highlighting the concept of Territory, which assumes an important role in the globalization process. Whereas it ponder the Territory represents the opportunity to think about the social, political and economic current context, this text seeks to discuss the subject using different theoretical lines. Also intends to present the importance from of didactic transposition of the geographic knowledge to the teaching and learning that aim at the construction of citizenship.

**Keywords:** Territory. Didactic Transposition. School Geography. Citizenship.

### INTRODUÇÃO

A intenção de analisar a sociedade contribuiu para que a Geografia desenvolvesse conceitos considerados fundamentais, os quais auxiliaram no entendimento das relações estabelecidas no espaço geográfico ao longo dos tempos. Isso representou um ângulo específico com que a sociedade pudesse ser analisada, ângulo que confere à Geografia a sua identidade e a sua autonomia relativa no âmbito das Ciências Sociais (CORREA, 2006). Essa situação, porém,

---

Recebido em 22/12/2012  
Aprovado para publicação em 03/09/2013

vem se modificando com o advento da globalização, na qual a percepção do mundo compartimentado e autônomo cede lugar, sob a égide do desenvolvimento técnico-científico, ao entendimento de um espaço atrelado em redes, diverso e contraditório.

Inseridos nesse contexto estão: o sistema escolar; a Geografia, seus conceitos e conteúdos; e a necessidade de formar sujeitos críticos e reflexivos para a vida em sociedade. Dessa maneira, entender os principais conceitos da Geografia representa, entre outros aspectos, adquirir pré-requisitos para análise do espaço geográfico, além de potencializar criticamente o entendimento das transformações político-sociais.

Estudar e refletir o Território nas últimas décadas significou considerar elementos que transformaram as perspectivas sociais, políticas, econômicas e culturais na sociedade globalizada. Dessa forma, entender Território e demais conceitos geográficos representa o norte para a construção do raciocínio geográfico crítico-reflexivo e, conseqüentemente, para o acesso à cidadania<sup>2</sup>.

Como disciplina escolar, a Geografia, mesmo após passar por um movimento de renovação na década de 1980, tem mantido, em alguns aspectos, uma proximidade sutil com a Geografia Tradicional. Nesse confronto, a leitura do esquema terra/homem já não satisfaz às indagações do presente, surgindo novas indagações, reclamando uma Geografia comprometida com os fenômenos atuais e que contribua efetivamente para mudanças concretas. Isso pode ser possível por meio da formação crítica e da participação cidadã dos sujeitos inseridos nos Territórios.

Tão logo, surge a necessidade de transpor didaticamente os saberes científicos para o contexto escolar. A “transposição didática do saber” (CHEVALLARD, 1991) considera a necessidade de realocar o conhecimento científico acadêmico para o patamar no qual estudantes do ensino fundamental e médio possam compreender sua importância e significado nas relações sociais cotidianas de maneira significativa.

Nesse sentido, busca-se, no presente texto, apresentar algumas das concepções que utilizam como referência o conceito Território, considerando alguns dos diferentes pensamentos que o discutem, assim como a importância da sua transposição didática para o ensino e a aprendizagem em Geografia.

## **OS CONCEITOS GEOGRÁFICOS NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA**

Entende-se, para todo efeito neste texto, que os conceitos serão lidos como categorias de análise. Pressupõe-se que “a abordagem direta dos conceitos associados aos conteúdos estudados na Geografia, torna-os instrumentos para a efetiva aprendizagem e permite compreender mais efetivamente a sociedade” (LISBOA, 2007, p.23).

Desse modo:

Adquirir conhecimentos básicos de Geografia é algo importante para a vida em sociedade, em particular para o desempenho das funções de cidadania: cada cidadão, ao conhecer as características sociais, culturais e naturais do lugar onde vive, bem como as de outros lugares, pode comparar, explicar, compreender e espacializar as múltiplas relações que diferentes sociedades em épocas variadas estabeleceram e estabelecem com a natureza na construção de seu espaço geográfico. (BRASIL, 1998, p.39).

Assim, é possível compreender a necessidade do entendimento de conceitos para que o(s) sujeito(s) organize(m)-se no espaço geográfico de maneira consciente de si, ou seja, possa(m) se entender como participante(s) ativo(s) no exercício da cidadania. Para isso, torna-se urgente que as instituições, sobretudo as escolares, sejam exigidas a possibilitar uma formação de qualidade, crítica e reflexiva para seus educandos.

---

<sup>2</sup> A educação para cidadania é um desafio para o ensino e a Geografia é uma das disciplinas fundamentais para tanto. O conteúdo das aulas de Geografia deve ser trabalhado de forma que o aluno construa sua cidadania (CALLAI, 2001, p. 136).

Referindo-se aos conceitos geográficos, suas formas e conteúdo da Geografia do presente, Couto (2010) explica que Vygotsky compreende que a grande parte do caráter científico dos conceitos que impulsiona a consciência reflexiva vem de sua trama de conexões na forma de um sistema hierárquico.

Por outro lado, a tradição descritiva, taxonômica e fragmentada da ciência fez (ou faz) da geografia um armário repleto de conteúdos fragilmente conectados. Além disso, o formalismo pedagógico faz com que se abordem paisagem, o espaço e o território, mas nem sempre os arranjos paisagísticos vividos pelos alunos, a espacialidade de sua prática e as territorialidades que disputa. (COUTO, 2010, p.118).

É evidente a necessidade de contextualizar os conceitos geográficos em oposição à desconexão pedagógica que se instala na prática da Geografia Escolar. Nesse sentido, é possível ter dimensão da importância e necessidade de entendimento dos conceitos de uma forma concreta, tanto quanto de estes estarem relacionados com a construção cotidiana dos lugares de vivência dos sujeitos.

Na Geografia Escolar:

[...] muitos conceitos, entendidos também como categorias de análise, são importantes para seus estudos, alguns deles mais antigos e outros mais recentes, que surgem em razão da necessidade de compreensão da complexidade do mundo atual. Os principais são: espaço, região, paisagem, território, territorialidade, redes e escalas geográficas. (LISBOA, 2007, p.23).

Observa-se que os conceitos oscilaram ao longo dos períodos históricos. Alguns foram fundamentais em explicações do passado e já não atendem mais às explicações atuais, mas permanecem como arcabouço para organização de novos conceitos na interpretação dos fenômenos geográficos. Além disso, os conceitos podem ser superados, modificados, levando em consideração o desenvolvimento da sociedade e seus aspectos culturais, econômicos, políticos, sociais e, atualmente, avanços científicos e tecnológicos. Entende-se que o uso e os desusos dos conceitos estão diretamente interligados às transformações ocorridas em determinados períodos históricos: não são eternos e podem sofrer reinterpretções de acordo com o pensamento de determinada sociedade em determinado espaço e tempo.

No entanto, uma das grandes preocupações em relação às principais categorias de análise da Geografia é o modo como esses conceitos vêm sendo retratados. Logo, torna-se importante a atenção ao uso da conotação genérica e superficial dos sentidos empregados e, sobretudo, ao fato de significativa parcela dos trabalhos recorrer aos conceitos como se fossem equivalentes (CABRAL, 2007). No percurso da transposição didática, os cuidados com as simplificações dos conteúdos precisam ser observados e evitados; para isso, a formação crítica do educador tem importância fundamental.

Nesta sequência, serão apresentadas algumas considerações sobre o conceito Território, bem como as percepções e abordagens subsidiadas por alguns autores, respeitando e não desconsiderando suas diferentes correntes de pensamento.

## **PERCEPÇÕES E ABORDAGENS SOBRE O TERRITÓRIO**

Diante do debate sobre o conceito Território, remonta estabelecer alguns parâmetros, utilizando, para isso, análises reflexivas subsidiadas por teóricos contemporâneos entre si nas discussões sobre o assunto. Dentre estes: Raffestin (1993); Santos (1996); Saquet (2004); Haesbaert (2006); Souza (2006).

As discussões sobre Território se estabeleceram ao longo dos séculos como um dos principais e importantes pilares do pensamento geográfico, sobretudo após a década de 1980, com a

reformulação da Geografia. Ratzel, considerado o sistematizador do conhecimento geográfico tradicional, foi o primeiro teórico a trabalhar com o conceito Território no século XIX.

Segundo a concepção Naturalista, o Território:

[...] era visualizado com uma conotação de domínio, de controle de uma determinada área. Seus pressupostos vinculavam-se novamente ao Positivismo quando enxergava nas Ciências Naturais, o modelo a ser adotado como método científico que abordaria questões sociais. (ROCHA, 2008, p. 136).

A leitura que Ratzel faz do Território é que este seria a efetivação expressa do espaço, materializada pela ocupação de uma determinada área por um grupo social. Dessa maneira, Território é identificado pelo significado de posse. Em outras palavras, na concepção Ratzeliana de Geografia, o Território é dominado por uma sociedade e/ou por um Estado.

Um dos autores pioneiros nas abordagens sobre Território, Claude Raffestin (1993), contrapõe a ideia de Ratzel, propondo que as bases para compreensão do Território como uma relação do homem com o espaço estão no poder, apontando para o caráter político do conceito.

Dessa maneira, explica:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator “territorializa” o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Entende-se disso que o autor amplia seu pensamento em direção ao Território como um produto resultante das relações de poder a partir do espaço. Também é possível perceber as multiterritorialidades envolvidas, representadas pelas ações dos diversos atores sociais envolvidos, enfatizando o caráter político-administrativo e a importância do conceito Território conjugados com o poder exercido por grupos sociais.

Etimologicamente, a palavra território, territorim em latim, é derivada diretamente do vocabulário latino terra, e era utilizado pelo sistema jurídico romano dentro do chamado jus terrendi (no digeste, do século VI), como o pedaço de terra apropriado, dentro dos limites de uma determinada jurisdição político-administrativa. (HAESBAERT, 2006, p. 43).

Observa-se uma estreita interconexão etimológica do conceito com a sua trajetória: em grande parte, é considerado justaposto às relações de poder. O “pedaço de terra apropriado” citado pelo autor pode ser entendido como espaço organizado por limites definidos, controlado e apropriado por um grupo, o qual, utilizando fatores econômicos e argumentos políticos, defende e mantém a defesa do Território.

Portanto, ao longo do período em que foi analisado, sempre houve uma preocupação quanto ao trato do conceito, para que não houvesse confusões, possibilitando, assim, uma compreensão menos abstrata. Não se deve perder de vista que os estudos geográficos se caracterizam sempre pelo conhecimento de um amplo leque de relações e interações (BRASIL, 1998).

Nesse sentido:

[...] Podemos perceber a enorme polissemia que acompanha a sua utilização entre os diversos autores que a discutem. (...) Daí a importância de esclarecermos as principais linhas teórico-conceituais em que a expressão é ou pode ser utilizada, sem, em hipótese alguma, pretender impor a conceituação à problemática, mas

mostrando sempre a diferenciação e transformação dos conceitos em função das questões priorizadas. (HAESBAERT, 2004, p. 36).

Nessa perspectiva, Milton Santos (1996) traz sua contribuição, enfocando preocupação quanto a uma possível confusão que se pode cometer, e alerta os leitores para não confundirem “Espaço” com “Território”. Para o autor, o referido conceito Território representa uma configuração territorial e define-o como um todo. Já Espaço seria uma “totalidade verdadeira, semelhante a um matrimônio entre configuração territorial, a paisagem e a sociedade” (SANTOS, 1996, p.76).

Santos (1985) teorizou sobre o Território também em outra de suas várias obras: considerava a discussão importante e necessária, sobretudo quando aponta que a formação do Território seria algo externo a ele. Ou seja, a periodização da história é quem definiria como seria organizado o Território e, assim, como iria se desenhar sua vida econômica, política e social. E ainda, o Território pode ser distinguido, segundo Santos (2002), pela intensidade das técnicas utilizadas, obviamente não excluindo sua conotação política tão acentuada nas últimas publicações do autor.

Nesse sentido, Haesbaert (2006) também alerta para a diversidade de entendimentos sobre o tema, e apresenta três vertentes básicas no sentido de auxiliar na compreensão dessas diferenças:

- política, referida às relações do espaço, em que o Território é visto como um espaço delimitado e controlado por meio do exercício do poder, geralmente relacionado ao poder político do Estado;
- cultural, que prioriza a dimensão simbólica. Nessa vertente, o Território é percebido como resultado da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido;
- econômica, que enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas; ou seja, o Território é visto como fonte de recursos incorporados no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho.

Segundo o autor, é fundamental considerar as três dimensões apontadas no entendimento do Território. Nota-se que, nas três vertentes, a presença das relações de poder é visível e perceptível sem muito esforço, seja por meio da simbologia, ou, de maneira efetiva, por meio dos resultados obtidos nas relações estabelecidas na política, cultura e economia.

As forças econômicas, políticas e culturais, “reciprocamente relacionadas, efetivam um território, um processo social, no (e com o) espaço geográfico, centrado e emanado na e da territorialidade cotidiana dos indivíduos, em diferentes centralidades, temporalidades e territorialidades” (SAQUET, 2004, p. 28). Ou seja, ao trabalharmos com a categoria Território, estamos nos reportando automaticamente ao tempo: a temporalidade está expressa no Território, tornando-se uma referência necessária (SPÓSITO, 2003).

Assim sendo, o entendimento do conceito Território, sob a escala nacional, associado à figura do Estado precisava ser revisto; o conceito “não precisa e nem deve ser reduzido a essa escala ou à associação com a figura do Estado. Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas” (SOUZA, 2006, p.81). Dessa maneira, esse autor evoca profícua discussão sobre a importância de uma sociedade autônoma, em que afirma ser essa sociedade aquela “que logra defender e gerir livremente seu território” (SOUZA, 2001, p. 106). O autor evidencia a necessidade de se perceber que o poder não se restringe às delimitações do Estado. Explicita as múltiplas vertentes do conceito, considerando seus múltiplos Territórios.

Tem-se, pois, que:

[...] território é produzido espaço-temporalmente pelas relações de poder engendradas por um determinado grupo social. Dessa forma, pode ser temporário ou permanente e se efetiva em diferentes escalas; portanto, não apenas naquela convencionalmente conhecida

como o “território nacional” sob gestão do Estado-Nação. (SAQUET 2004, p.81).

Compreende-se, assim, que os Territórios são construídos e desconstruídos dentro de escalas temporais diferentes. Pressupõe-se que as escalas são múltiplas, quando se trata do conceito Território. Tem-se, porém, como suporte básico, a noção de poder: o Território pode, ainda, ser definido e delimitado pelas relações de poder. O Território está igualmente presente em toda a espacialidade social, ao menos enquanto o homem também estiver presente (SOUZA, 1995). A citação deixa claro o enfoque do autor em relação às vertentes mencionados por Haesbaert (2006) anteriormente.

O pensamento crítico na Geografia contribuiu para novas abordagens no conceito Território:

Os novos estudos exigiram a compreensão de que os fenômenos da organização socioespacial da política eram muito mais ricos do que a mera associação ao território nacional. As novas interpretações do território permitem uma visualização da cidade em disputa, dividida entre o poder público e os grupos organizados, sendo a expressão mais concreta e dramática da metáfora da guerra. (VALVERDE, 2004, p. 120).

Notadamente, é possível observar a mudança de paradigma em relação à perspectiva territorial de outrora, ampliando-se as percepções, possibilitando retornar olhares para o interior do Território, ou seja, para os núcleos de urbanização, para as territorialidades localizadas.

Segundo Valverde (2004), a partir dos anos de 1980, com o desenrolar dos problemas resultantes da urbanização na década anterior somados à pluralidade de novos atores sociais, os Territórios passaram a ser usados para representar as atividades de movimentos sociais urbanos, tornando-se esse período um momento propício às reivindicações nas cidades.

Pode-se, então, considerar que os conflitos e contradições inerentes às sociedades têm íntima relação com a constituição dos Territórios. Esse Território é o mais próximo de nós; logo, falar de Território é também falar de sujeitos, de vida cotidiana, de sentimentos e de desejos. Enfim, é falar do próprio lugar (MESQUITA, 1995).

É importante perceber o Território como resultante das forças espaço-tempo, produzido pelos agrupamentos humanos socioculturalmente constituídos. Desse modo, o conceito precisa voltar a ser (re)pensado sob a óptica da realidade na qual os sujeitos estão inseridos.

E, ao tecer suas considerações, Milton Santos considera elementar cogitar o poder como resultado direto das relações sociais que geram desigualdades. Isso tem representado um termo significativo na compreensão do conceito Território, considerando as relações de poder, que fundamentam os Territórios,

[...] qualquer relação social regulada por uma troca desigual. É uma relação social porque a sua persistência reside na capacidade que ela tem de reproduzir desigualdade mais através da troca interna do que por determinação externa. As trocas podem abranger virtualmente todas as condições que determinam a ação e a vida, os projetos e as trajetórias pessoais e sociais, tais como bens, serviços, meios, recursos, símbolos, valores, identidades, capacidades, oportunidades, aptidões e interesses. (SANTOS, 2000, p. 266-267).

Parte-se desse entendimento para considerar a discussão sobre o conceito Território na sala de aula, observando a diversidade cultural, social e política do espaço escolar. A discussão sobre territorialidade na sala de aula está associada ao discurso de Território e ao próprio poder. As territorialidades tornam-se reflexos, impressões cotidianas que construímos ao viver no Território: é uma construção social cotidiana.

A formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentido da territorialidade que, de forma subjetiva, criam uma perspectiva de



confraternização entre elas (ANDRADE, 2004). De outra maneira, os sujeitos sem consciência crítica do que acontece no seu entorno perdem sua identidade de cidadão e, conseqüentemente, tornam-se sujeitos indiferentes à sociedade da qual deveriam participar.

Discutindo sobre essa questão, Souza (2006) explica que:

Uma forma de abordar a temática da territorialidade, mais abrangente e crítica, pressupõe não propriamente um descolamento entre dimensões política e cultural da sociedade, mas uma flexibilização da visão do que seja o território. Aqui, o território será um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre “nós” (o grupo, os membros da coletividade ou “comunidade”, os insiders) e os “outros” (os de fora, os estranhos, os outsiders). (SOUZA, 2006, p.86).

Segundo Haesbaert (2006), em 1967, Lyman e Scott, num instigante artigo, faziam um balanço sociológico da noção de territorialidade, considerada, sintomaticamente, uma dimensão sociológica negligenciada.

Sobre esse assunto, o autor escreve que,

[...] apesar de ser um conceito central para a Geografia, território e territorialidade, por dizerem respeito à espacialidade humana, têm uma certa tradição também em outras áreas, cada uma com enfoque centrado em uma determinada perspectiva. Para o autor, o Geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões. (HAESBAERT, 2006, p.37).

Compreende-se, assim, que a territorialidade seja a relação entre agentes sociais, políticos e econômicos, interferindo, agindo e transformando a gestão do espaço geográfico, de forma a estar muito além de uma expressão cartográfica (BRASIL, 1999). De outra maneira, há referência aos projetos e práticas dos agentes sociais, numa dimensão evidenciada pelo concreto, funcional, simbólico e afetivo, manifestando-se em forma multiescalar, das mais simples às mais complexas, da local à global.

Compreender o significado do conceito Território implica compreender a complexidade da convivência em um mesmo espaço, nem sempre harmônico, da diversidade de tendências, ideias, crenças, sistemas de pensamento e tradições de diferentes povos e etnias. Segundo Ianni (2006), o mundo transformou-se em território de todo mundo, onde tudo se desterritorializa e se reterritorializa.

Após breve apontamento sobre Território neste trabalho, ainda fica a impressão da polissemia em volta da expressão. No entanto, são explícitas as relações existentes entre Território, Espaço, Política, Economia, Sociedade e Poder em suas diversas escalas, sobretudo nas cidades.

Cumpra deixar aqui a importante tarefa de pensar os conceitos geográficos e a necessidade de reformulação do tipo de conteúdos geográficos oferecidos pelo sistema oficial de ensino, principalmente na educação básica no presente século XXI.

## **A TRANSPOSIÇÃO DIDÁTICA DO CONCEITO TERRITÓRIO**

De antemão, faz-se necessário saber/entender o que vem a ser transposição didática.

A transposição didática apresenta-se como uma teoria sobre o que ocorre com o saber quando este percorre o “caminho” entre as esferas de conhecimento, isto é, quando parte da esfera científica, onde é produzido rumo à esfera escolar, onde é ensinado. A transposição surge como um dispositivo que permite analisar como o saber “passa”, ou é transposto, de uma esfera de conhecimento para outra esfera.

Permite analisar, também, quais transformações podem ocorrer nesse percurso, assim como quais são os atores ou elementos que interferem nessas transformações. (BOLIGIAN, 2003, p.14)

Dessa forma, os conceitos entendidos como categorias de análise representam um instrumento para uma aprendizagem efetiva, de modo que a compreensão da organização do espaço geográfico demande o conhecimento dessas categorias como suporte à compreensão do espaço local, regional e mundial, adquirida pelo aluno ao longo de sua vivência cotidiana. Apoiado em Callai (2001), percebe-se que é necessária uma clareza do objeto da Geografia, clareza esta que fornecerá os instrumentos, os conceitos e as informações geográficas, para chegar aonde se pretende.

Em linhas gerais, refletir sobre a transposição didática está diretamente relacionado com o pensar meios de transformar conhecimento científico em conhecimento didático, considerado para isso o contexto de cada educando<sup>3</sup>.

Relacionar as crises da Geografia, em determinados períodos históricos, aos conteúdos apresentados para os alunos poderá ser um caminho para explicar a própria crise do ensino de Geografia, em especial nos ensinos fundamental e médio. Há uma forte ligação entre o tipo de conhecimento recebido pelos alunos e a crise da Geografia, se for considerada a tradicionalidade ainda hoje presente nas aulas (BOLIGIAN, 2003).

Ao se analisar os conteúdos apresentados pelos currículos dos programas oficiais e pelos livros didáticos, percebe-se, geralmente, um mero elenco de temáticas estanques dos aspectos físicos e humanos de lugares e regiões do mundo. Além disso, os métodos didáticos e pedagógicos utilizam como suporte a memorização dos conteúdos geográficos. A metodologia utilizada e os conteúdos ensinados não correspondem às aspirações da sociedade, principalmente às dos envolvidos diretamente no processo: alunos e pais de alunos (BOLIGIAN, 2003).

Desse modo, torna-se essencial que o sistema oficial de educação básica possa construir currículos de acordo com as diferenças culturais e diversidades regionais do país, pois isso poderá significar um importante instrumento de combate à desigualdade no acesso à educação de qualidade, contribuindo para aproximar os alunos da realidade por meio de conteúdos que mostrem como acontecem as relações, sociais, políticas, históricas no território. E isso somente será possível por meio do ensino das categorias fundamentais da Geografia (SANTOS, 1993).

Um dos caminhos possíveis para que isso aconteça seria valorizar os conhecimentos prévios dos alunos, partindo da sua realidade local para um contexto global, ampliando sua percepção espacial. Na prática, essa tarefa poderá ser desenvolvida na Geografia Escolar com o desenvolvimento da técnica do Trabalho de Campo, este considerado como uma ferramenta pedagógica fundamental no processo de ensino e de aprendizagem dos conceitos geográficos (DE LA FUENTE, 2012).

Parte-se do princípio de que o elemento fundamental no processo de ensino e de aprendizagem do aluno esteja na possibilidade de se fazer com que este se perceba como sujeito integrante do Território no qual ele interage cotidianamente.

Associar os conceitos aos conteúdos geográficos torna-se um exercício muitas vezes difícil de ser contemplado, levando em consideração o ensino de Geografia em seu formato tradicionalista, o qual ainda impera em muitas salas de aula por várias regiões do Brasil. No entanto, o desafio é, segundo Callai (2001), romper com a mesmice da sala de aula, desenvolvendo práticas que possibilitem e potencializem o pensamento crítico nos alunos, produzindo questionamentos.

Nesse sentido, a aprendizagem e a assimilação dos conteúdos geográficos escolares passam pela identificação da presença dos conceitos no interior do assunto discutido e por sua

---

<sup>3</sup> Considera-se que “[...] o aluno é um ser histórico que traz consigo e em si uma história, e um conhecimento adquirido na sua própria vivência. O desafio é fazer a partir daí a ampliação e o aprofundamento do conhecimento do seu espaço, do lugar em que vive, relacionando-o com outros espaços mais distantes e até diferentes” (CALLAI, 2001, p. 136).



compreensão (LISBOA, 2007). É necessário que o entendimento desses conceitos possa auxiliar na percepção crítica dos fenômenos geográficos em várias escalas, para além da local.

O sistema escolar, em face das transformações impostas pela economia/mundo, está passando por momentos difíceis e incertos (BRAUN, 2005). A Geografia também está sendo questionada em relação ao seu papel educativo na formação com ênfase na cidadania. E, “por ser entendida como ciência social, a qual estuda o espaço construído pelos homens, a partir das relações que estes mantêm entre si e com a natureza” (CALLAI, 2001, p. 134), a Geografia contribuirá para instrumentalizar a formação de sujeitos para cidadania de maneira concreta.

Nas atuais circunstâncias, compreende-se que não se pode simplesmente desconhecer ou negar a realidade dos alunos, e a Geografia como disciplina escolar precisa proporcionar a construção dos conceitos de maneira efetiva, para potencializar aos alunos entendimento e compreensão do seu presente e projeção para o futuro com responsabilidade e segurança (STRAFORINI, 2008). Ou seja, vislumbrar no futuro expectativas de mudanças - ser proprietário de uma perspectiva positiva de vida.

Diante do desafio de incluir o entendimento dos principais conceitos que dão suporte ao conhecimento geográfico, as discussões sobre Território precisam, necessariamente, estar presentes no nível individual, considerando o contexto social dos estudantes, a fim de confrontá-los com sua realidade social, política e econômica.

O aluno deve entender que sua intervenção no Território, nas diferentes escalas, precisa ser feita com base em determinados objetivos e convicções, como o controle territorial e a igualdade social (CAVALCANTI, 1998). Apesar de esse pensamento vir se tornando mais comum a cada dia, na prática, nos espaços escolares brasileiros, o que se percebe é que muitos caminhos ainda precisarão ser trilhados.

Nesse ambiente de transformações, há expectativas, inovações curriculares, paradigmas e tendências: pensar a diversidade no espaço escolar torna-se importante, principalmente quando se pensa numa escola sob a perspectiva e a égide da inclusão social e política. Para isso, Callai (2001, p. 134) acrescenta que “o ensino de Geografia em seus componentes curriculares precisa considerar a análise e a crítica que se faz atualmente à instituição escolar, situando-se no contexto político, social e econômico do mundo e em especial ao Brasil”.

Consequentemente, desenvolver com os alunos uma construção dos conceitos, aproximando-os de maneira reflexiva de sua própria realidade cotidiana, torna-se um desafio eminente e um primeiro passo importante. Essa construção poderá representar trabalhar a delimitação dos Territórios da própria sala de aula, da escola, da comunidade; enfim, dos lugares de vivências dos alunos, nos lugares por ele percebidos como seus Territórios e territorialidades.

De acordo com Callai (2001), nas relações do indivíduo com o seu meio, na compreensão e no entendimento deste como espaço construído cotidianamente, criam-se microespaços que são os territórios dos indivíduos, da família, da escola, dos amigos, que devem ser incorporados aos conteúdos discutidos pela Geografia, possibilitando fazer uma conexão entre a vida real concreta e as informações, os conceitos e análises.

Incluem-se, aí, as possibilidades de se discutir outros elementos como “territorialidade, nós, redes, fronteira, limites, continuidade, descontinuidade, superposição de poderes” (CAVALCANTI, 1998, p.110), dentre outros conceitos que, efetivamente, podem ser percebidos de maneira prática, haja vista que fazem parte dessas relações estabelecidas no Território.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, fez-se necessário discutir a importância do entendimento de conceitos na organização dos conteúdos geográficos pelos alunos. Desse modo, torna-se importante uma fundamentação crítica em relação à transposição didática dos conteúdos e às possibilidades didático-pedagógicas, considerando o espaço vivido pelos educandos.

Há uma emergente necessidade de formação de educadores reflexivos, críticos e conscientes do seu papel social e político nos espaços escolares e na própria sociedade, que se percebam como parte integrante do processo ensino-aprendizagem, o que, efetivamente, poderá contribuir para o aprendizado efetivo dos conceitos geográficos.

No processo de transposição didática do conceito Território nos estudos geográficos, a aproximação de educadores e estudantes com os conhecimentos e com o exercício dos raciocínios geográficos contribuirá para que ocorram novas descobertas e entendimentos com a percepção prática do cotidiano, contribuindo, dessa maneira, para a construção da cidadania.

Além disso, a importância do estudo do Território e do seu entendimento multiescalar na Geografia Escolar possibilitará uma reflexão além das fronteiras de Estado. Uma leitura crítica a partir do estudo do Território possibilitará perceber as relações e dinâmicas entre o próprio Território, o Espaço, a Paisagem, a Política, a Economia e a Sociedade, em suas diversas escalas de abordagens, conforme reflexões desenvolvidas no decorrer do presente artigo.

O desafio é incorporar a discussão sobre Território no cotidiano – nas aulas de Geografia – e, efetivamente, contribuir para a construção de sujeitos engajados com suas responsabilidades no espaço geográfico. Nesse sentido, o papel da Geografia é justamente estimular a prática reflexiva e crítica em relação ao que se percebe nas transformações ocorridas no espaço geográfico.

É evidente que a discussão aqui não se encerra – muito menos que seja essa a nossa pretensão. É importante reconhecer que muito ainda será necessário a fim de nos aproximarmos de uma expectativa mais favorável em relação aos desafios discutidos. Fica o convite aos leitores para constantes (re)leituras e reflexões sobre o assunto.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. C. **A questão do território no Brasil**. 2. ed. – São Paulo : Hucitec, 2004.
- BOLIGIAN, L. **A transposição didática do conceito de território no ensino de Geografia**. Dissertação de Mestrado, Unesp - Rio Claro: [sn], 2003.
- BRAUN, A. M. S. **Rompendo os muros da sala de aula: O trabalho de campo como uma linguagem no Ensino de Geografia**. 2005. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre – RS.
- BRASIL.. **Introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: Mec/SEF, v.1, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica, **Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio**. Brasília: Ministério da Educação, 1999.
- CALLAI, H. C. A Geografia e a escola: muda a geografia? Muda o ensino? **Revista Terra Livre**, São Paulo, ano 1, n. 16, p. 133-152, 2001.
- CAVALCANTI, L. S. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Campinas, SP: Papirus, 1998.
- CABRAL, L. O. Revisitando as noções de espaço, lugar, paisagem e território, sob uma perspectiva geográfica. **Revista de Ciências Humanas**. Florianópolis, EDUFSC, v. 41, n. 1 e 2, p. 141-155, Abril e Outubro de 2007.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **A dimensão cultural do espaço: Alguns Temas**. In: ROSENDAHL, Zeny. (Org). Espaço e Cultura. Rio de Janeiro: Gráfica UFRJ, 2006.
- COUTO, M. A. C. Pensar por conceitos geográficos. In. CASTELLAR, S. **Educação geográfica: teorias e práticas docentes**. 2. ed. – São Paulo: Contexto, 2010.
- CHEVALLARD, Y. **La transposición didáctica: del saber sabio al saber enseñado**. Editora Aique, Argentina, 1991.
- DE LA FUENTE, A. R. de S. **O Trabalho de Campo em Geografia: múltiplas dimensões espaciais e a escolarização de pessoas surdas**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2012.
- HAESBAERT, R. **O Mito da desterritorialização: do “fim” dos territórios a multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Concepções de território para entender a desterritorialização**. In: SANTOS, Milton et al. Território, territórios – ensaios sobre o ordenamento territorial. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

\_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios à multiterritorialidade. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

IANNI, O. **Teorias da globalização**. 13ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LISBOA, S. S. A importância dos conceitos da Geografia para a aprendizagem de conteúdos geográficos escolares. **Revista Ponto de Vista** – Vol.4. 2007. Disponível em [http://www.coluni.ufv.br/revista/?area=volumes\\_04](http://www.coluni.ufv.br/revista/?area=volumes_04). Acesso em Julho de 2013.

MESQUITA, Z. Do território à consciência territorial. In: MESQUITA, Z; BRANDÃO, Carlos R. (Org) **Territórios do cotidiano**. Porto Alegre/Santa Cruz do Sul: UFRGS/UNISC, 1995.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROCHA, J. C.; Diálogo entre as categorias da Geografia: Espaço, Território e Paisagem. **Caminhos da Geografia**.Uberlândia. v. 9, n. 26. Jun 2008. p. 128 – 142. Disponível em: [www.ig.ufu.br](http://www.ig.ufu.br). Acesso: 22 de Julho de 2013.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

\_\_\_\_\_.Mesa Redonda: “A formação do professor de Geografia”. In: **Revista Orientação**, Instituto de Geografia, FFICH – USP, nº 10. São Paulo, 1993.

\_\_\_\_\_.**Metamorfose do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_.**A natureza do espaço**: técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, B. S. **A Crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. São Paulo, Cortez, 2000.

SAQUET, M. A. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, A.D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M.A. **Território e Desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

SOUZA, M. J. L. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO. Iná Elias; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p.77-116, 1995.

\_\_\_\_\_. O território sobre espaço e poder: autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, I. E de.; GOMES, P. C da C.; CORRÊA, A. L. (Orgs.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 2001. p. 77 – 116.

\_\_\_\_\_.O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In. **Geografia**: conceitos e temas. (org) por Iná Elias de Castro. Paulo César da Costa Gomes. Roberto Lobato Corrêa. - 8ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SPÓSITO, E. S. **Geografia e Filosofia**: contribuição ao ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

STRAFORINI, Rafael. **Ensinar Geografia**: o desafio da totalidade-mundo nas séries iniciais. 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2008.

VALVERDE, R.R.H.F. Transformações no conceito de território: competição e mobilidade na cidade. **GEOUSP** - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 15, 2004. Disponível em: [www.geousp.br](http://www.geousp.br) . Acesso: Julho de 2013.